

EDITORIAL

O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM CURSO NO BRASIL

O crescimento expressivo da economia brasileira a partir de 2002-2003 começou a ser interrompido com a emergência da crise mundial a partir de 2008. Em grande medida, esse crescimento estava assentado no “boom das commodities”, estimulado pelo crescimento vigoroso da demanda chinesa.

Quando a crise se tornou sistêmica a partir de 2008, começaram a ocorrer quedas do *superávit* comercial do país. Esse fato colocou em discussão a forma de inserção do Brasil no comércio internacional, além de colocar em questão o tipo de bens e produtos que estavam sendo exportados. A partir de então ganharam espaço diversos estudos sobre a estrutura de produção industrial neste novo cenário mundial.

É neste contexto que os temas da reprimarização e da desindustrialização estão inseridos e sendo debatidos. Neste caso, um dos aspectos relevantes a se observar é o conteúdo tecnológico presente nos fluxos comerciais do país e seus possíveis efeitos sobre a estrutura produtiva. Dados agregados da economia brasileira desde o início do século XXI têm revelado um padrão de inserção do país no comércio externo que poderá comprometer, no longo prazo, a competitividade e o dinamismo econômico.

De um modo geral, observa-se que o processo de desaceleração do crescimento econômico em curso revelou a existência de uma “crise” no setor industrial, a qual está se generalizando, sobretudo nos ramos tradicionais (setores mais intensivos em tecnologia), os quais vêm enfrentando dificuldades para competir, tanto no mercado interno como externo, devido ao baixo grau de incorporação tecnológica. Esse fato conduz a uma baixa competitividade da indústria de transformação e provoca perda de dinamismo do conjunto da economia, uma vez que a falta de ganhos de produtividade industrial impede um crescimento do PIB a patamares mais elevados.

Neste cenário o país corre o risco de apresentar uma especialização produtiva primária assentada na produção de bens agropecuários e produtos extrativos minerais, concomitantemente com uma desestruturação do setor secundário, dada a baixa capacidade de desenvolvimento tecnológico do setor industrial, especialmente do ramo da indústria de transformação. A somatória desses dois fatores poderá ter impactos bastante negativos sobre o desenvolvimento econômico e social do conjunto da nação.

São precisamente esses e outros aspectos que serão abordados pelo conjunto de artigos que compõem este número da Revista NECAT. Assim, o primeiro artigo, de autoria de José Gabriel Palma, discute a trajetória do processo de desindustrialização no mundo, mostrando que na América Latina ele se acentuou após as reformas econômicas realizadas na década de 1990. Em função disso, o autor destaca as quatro fontes responsáveis pela desindustrialização, a saber: 1) Uma relação U invertida entre o emprego industrial e a renda *per capita*, ou seja, o emprego industrial cai quando o país obtém certo nível de renda *per capita*; 2) O declínio da relação entre renda *per capita* e emprego industrial; 3) Mudanças na renda *per capita* correspondente ao ponto de inflexão na figura 2 do texto, ou seja, a renda correspondente ao ponto de inflexão caiu de US\$ 21 mil nos anos de 1980 para aproximadamente US\$ 10 mil nos anos de 1990; 4) Doença Holandesa, que geralmente ocorre devido aos seguintes motivos: descoberta de recursos naturais; desenvolvimento de serviços de exportação (turismo, finanças, etc.); e mudanças estruturais nas economias.

O autor concluiu que na América Latina, o Brasil e outros três países (Argentina, Uruguai e Chile) passaram a apresentar um importante processo de desindustrialização após as reformas estruturais de 1990, sendo que a principal diferença entre esses países em relação aos países asiáticos foi o processo de transição entre o modelo de substituição de importações e as reformas econômicas, não havendo na América Latina uma transição combinada entre as reformas e a dinâmica do processo industrial.

O segundo artigo, de autoria de José Luis Oreiro e Nelson Marconi, apresenta as principais teses ortodoxas sobre a desindustrialização do país, destacando os principais equívocos das mesmas. Como contraponto a essas teses, os autores afirmam que a desindustrialização brasileira não é uma decorrência natural do processo de desenvolvimento do país, mas que apresenta um caráter precoce que decorre da política cambial adotada nos últimos anos. Neste sentido, os autores destacam a importância desse fenômeno para o conjunto do país, dado o expressivo papel ainda representado pelo ramo industrial no contexto econômico geral. Além disso, entendem que a desindustrialização brasileira é precoce, comparativamente aos países desenvolvidos, porque o Brasil começou a se desindustrializar com um nível de renda *per capita* muito inferior ao nível de renda dos países mencionados.

Dentre as principais conclusões, os autores destacam que ao longo dos últimos dez anos o processo de desindustrialização do país vem sendo acompanhado de uma reprimarização da pauta exportadora, sendo a apreciação da taxa de câmbio real um dos

principais fatores que explicam a perda de competitividade da indústria de transformação brasileira.

O terceiro artigo, assinado por Nelsivan G. Bispo, Rafael C. Cunha e Luciano R. Menegazzo, discute a possível desindustrialização do Brasil a partir de indicadores de importações, os quais não são comumente utilizados. Com base em dados da produção por intensidade tecnológica e de emprego, os autores afirmam que o setor industrial ainda mantém sua importância econômica para o país. Todavia, o estudo confirmou a hipótese da desindustrialização porque a pauta das importações de bens de capital, tanto pelo aspecto da intensidade tecnológica como por categoria de uso, não mostrou uma melhora, ao contrário, perdeu participação percentual. Além disso, os autores destacam mais dois aspectos: por um lado, o papel decisivo da política cambial sobre o desempenho industrial e, por outro, a inserção externa mostrando claramente um processo de reprimarização do conjunto da economia do país.

O quarto artigo, de autoria de Marcos Aurélio da Silva, discute a gênese e internacionalização da indústria de equipamentos eletrônicos do Sul do Brasil confrontando, a partir de uma abordagem marxista, outras interpretações teóricas que analisaram os mesmos temas. Após fazer uma crítica à abordagem sobre acumulação industrial no Sul baseada, ou na tese da “qualidade do empresariado”, ou na tese do capital comercial, o autor afirma que o processo de industrialização permeado pelo Modelo de Substituição de Importações contou com um volumoso aporte de recursos do Estado, que com seu aparato institucional liderou o processo de industrialização, mesmo que tenha contado com a presença empresarial em alguns momentos. Além disso, o autor destaca como relevante o próprio processo de internacionalização da indústria elétrica do Sul do país, o qual ocorreu de duas maneiras: por um lado, a desnacionalização das fábricas construídas durante o período de substituição das importações e, por outro, o pacote de investimentos estatais levou à formação de oligopólios na região no setor de equipamentos elétricos.

O autor concluiu que a destruição do aparato estatal de proteção industrial devido à crise financeira da década de 1980 gerou um feito negativo decisivo sobre a base industrial do país porque mantém a formação de muitos setores e regiões reféns dos interesses financeiros e industriais dos centros imperialistas.

Como a indústria catarinense está fortemente atrelada à dinâmica da indústria nacional, entendemos que esse processo maior em curso na indústria do país também gera seus efeitos sobre a estrutura industrial catarinense.

Desta forma, o NECAT espera, com mais este número de sua revista eletrônica, estar dando sua contribuição com estudos sobre a economia brasileira e catarinense.

Os Editores